

I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial

Realização: FCRB · UFF/PPGCOM · UFF/LIHED

8 a 11 de novembro de 2004 · Casa de Rui Barbosa — Rio de Janeiro — Brasil

O texto apresentado no Seminário e aqui disponibilizado tem os direitos reservados. Seu uso está regido pela legislação de direitos autorais vigente no Brasil. Não pode ser reproduzido sem prévia autorização do autor.

Identidade Cultural, Conhecimento e Mercado Editorial: O livro na fronteira do impresso com o eletrônico.¹

Autor: José de Mello Junior²

Resumo: Este trabalho analisa a indústria cultural do livro como forma histórica de transmissão de conhecimento e procura identificar possíveis mudanças que esta indústria e seus agentes vivem em decorrência da emergente sociedade da informação, do surgimento de novas tecnologias e dos descentramentos das formações identitárias.

Palavras-chave: livro, livro eletrônico, identidade cultural, conhecimento, mercado editorial brasileiro.

Introdução

Na teoria social contemporânea têm merecido especial destaque questões relacionadas à identidade cultural, o sujeito e sua relação com uma série de descentramentos. Estes parecem se processar devido a amplos movimentos, dentre os quais se destacam a globalização e a emergência da sociedade da informação. Admitimos que vivemos um momento de deslocamentos em que o eixo das antigas identidades forjadas na modernidade, compreendidas como a identidade do sujeito iluminista³ e do sujeito sociológico⁴ encontra-se transformado, caminhando para aquilo que certos teóricos chamam de um sujeito pós-moderno. Stuart Hall, coloca esta questão nos seguintes termos:

"O sujeito previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas". (Hall, 2002: 12)

¹ Dissertação apresentada como trabalho final da disciplina: Estudos Culturais e Recepção Midiática. Mestrado Comunicação da UNIP (Universidade Paulista).

² O autor é editor e mestrando em comunicação na UNIP.

³ O Sujeito Iluminista é fruto das revoluções científica, industrial e política que se processam na Europa nos séculos XVII e XVIII e XIX. Suas características são a individuação centrada em uma razão secular que ilumina as trevas do mundo certa de desvendar seus mistérios tendo possibilidades ilimitadas de expansão e domínio.

⁴ A noção de sujeito sociológico reflete com mais intensidade as divisões sociais engendradas pelo capitalismo industrial concebendo a identidade como que forjada na interação entre o eu e a sociedade.

Interessa-nos verificar se tais deslocamentos na identidade encontram eco na forma como as pessoas produzem e consomem conhecimento. Especificamente centraremos nosso enfoque sobre o livro e o mercado editorial brasileiro, buscando avaliar até que ponto mudanças mais gerais na sociedade e na base tecnológica afetam este produto da indústria cultural e, de que forma os principais agentes desta indústria reagem diante de tais fenômenos. O surgimento do livro eletrônico como formato concorrente do livro impresso merecerá especial atenção, pois, consideramos a hipótese deste novo formato acelerar mudanças no consumo e na recepção de conhecimentos.

Modernidade Tardia e Sociedade da Informação

Parece-nos apropriado o termo modernidade tardia para descrever o atual momento histórico.⁵ Uma das características proeminentes deste momento é a emergência da sociedade da informação. No ano de 1999, uma comissão formada por cientistas, empresários e agentes governamentais trouxe a público um documento coletivo intitulado Sociedade da Informação no Brasil – Livro Verde. Este trabalho de elaboração coletiva buscava definir os contornos e diretrizes de um programa de ações que possibilitasse a inserção do Brasil na sociedade mundial da informação. O que este esforço de elaboração evidenciava é que o mundo globalizado vivia (e ainda vive) um acelerado processo de transformações da sociedade industrial para uma sociedade da informação. A principal característica desta sociedade emergente é o papel central da informação como mais importante bem do mundo capitalista. O Livro Verde descrevia três fenômenos inter-relacionados como originadores deste deslocamento:

O primeiro, a convergência da base tecnológica, decorre do fato de se poder representar e processar qualquer tipo de informação de uma única forma, a digital...O segundo aspecto é a dinâmica da indústria que tem proporcionado contínua queda dos preços dos computadores relativamente à potência computacional, permitindo a popularização crescente dessas máquinas. Finalmente, em grande parte como decorrência dos dois primeiros fenômenos, o terceiro aspecto na base desta revolução é o fantástico crescimento da Internet.. (MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2000: p. 3)

⁵ Não farei aqui uma gênese do termo, o mesmo é utilizado por Stuart Hall em seu livro *Identidade Cultural na pós-modernidade*, onde aparece como uma alternativa ao termo pós-moderno. Minha escolha recai sobre o termo modernidade tardia, por considerar que, muito embora, tenham ocorrido rupturas e superações no seio da modernidade, uma série de questões de fundamental importância na fundação do conceito de modernidade ainda estão vivas e atuais, são elas: A racionalização das esferas econômica, política e social, desaguando em um aumento exponencial de eficácia. O modelo civilizatório do iluminismo compreendendo, secularização, educação universal e igualdade civil. (NOVAES, 2002:237-248)

No seio da sociedade da informação engendram-se mudanças que afetam os modos de vida das pessoas, como estas aprendem, trabalham se relacionam entre si e com as instituições. Como fator dinamizador deste processo temos a nova economia:

"O negócio eletrônico está no cerne da emergência de uma nova economia que se caracteriza pelo potencial crítico de profissionais autoprogramáveis, da inovação tecnológica e da avaliação do mercado financeiro como propulsores da economia. Como em todas as economias, a produtividade do trabalho é o motor do desenvolvimento, e a inovação está na fonte da produtividade. Cada um desses processos é levado a cabo e transformado pelo uso da Internet como meio indispensável de organização em rede, processamento de informação e geração de conhecimento".(Castells, 2003: 87)

Os trabalhadores do conhecimento, sempre necessários ao desenvolvimento de qualquer modo de produção, são ainda mais importantes na sociedade da informação. A cadeia de valores produtivos pode ser abastecida de forma abundante com esta mão de obra diferenciada graças ao que Manuel Castells chama de organização em rede. Ou seja, cadeias de transmissão e recriação de conhecimento que se valem da Internet como meio para inaugurar uma nova intersubjetividade e novas modalidades de aprender. Como exemplo prático deste fenômeno podemos citar o e-learning que já possui cerca de 700 cursos de extensão universitária no Brasil conforme dados do Anuário Brasileiro de E-learning.

Não podemos, entretanto, aderir ingenuamente a uma concepção de sociedade da informação homogeneamente desenvolvida. Trata-se de uma transformação do capitalismo tardio⁶ que ocorre globalmente de forma desigual. Enquanto nos países desenvolvidos o fenômeno é intenso, seu ritmo é muito mais lento nas economias em desenvolvimento. Um dos termômetros deste fenômeno é a inserção da Internet na vida cotidiana. No Brasil existem cerca de 14,3 milhões de usuários domiciliares de Internet⁷. Nos EUA são cerca de 168,1 milhões de usuários e na Europa o número de internautas encontra-se na casa dos 135 milhões.⁸ As mudanças operadas pela emergência da sociedade da informação afetam todas as dimensões da vida humana, em especial a forma como se opera a apropriação da informação e a transformação desta em conhecimento. A porta de entrada é formada pelo mosaico de interfaces gráficas de computadores. Steven Johnson define deste modo esta nova conformação cultural:

"A representação de toda esta informação vai exigir uma nova linguagem visual, tão complexa e significativa quanto as grandes narrativas metropolitanas do século XIX. Já podemos ver os primeiro

⁶ O conceito de capitalismo tardio é introduzido na teoria econômica pelo teórico marxista belga Ernest Mandel em obra homônima ao conceito.

⁷ Conforme dados da pesquisa Ibope Netratings de dezembro de 2003.

⁸ Dados Nielsen-Netratings de dezembro de 2003.

movimentos dessa nova forma em designs recentes de interface que foram além da metáfora bidimensional do desktop para chegar a ambientes digitais mais imersivos: praças, shopping centers, assistentes pessoais, salas de estar." (Johnson, 2001: 20)

Para os limites deste artigo, não nos importa discutir de forma minuciosa o caráter das mudanças em curso, nos contentamos em identificar a emergência da informação como uma das forças centrípetas da sociedade capitalista contemporânea. A intensidade com que este fenômeno se processa nas diversas partes do globo é reconhecida por nossa caracterização.

Outra dimensão contemporânea a desfechar um golpe sobre os modelos tradicionais de registro e propagação de conteúdos é o fenômeno que por conveniência designamos por globalização. Na sociedade de informação o fluxo do conhecimento é contínuo e acelerado, o desenvolvimento da Internet intensificou a sensação de obsolescência oferecendo ao padrão de consumo de conhecimento um modelo ao mesmo tempo mais fragmentado e veloz. A oferta de conteúdos culturais de forma mercantil, segundo Bernard Miège, pode ser dividida em três grandes modelos: o de mercadorias culturais, o da cultura de fluxo e o de produção de informação. No primeiro caso temos os produtos editoriais como livros, CDs, fitas de vídeo, DVDs, filmes exibidos em cinema etc. Tais produtos necessitam ser vendidos ao consumidor, diretamente ou através de distribuidores, o mercado possui pequenas e médias empresas e alguns grandes oligopólios. Organiza-se com base no pagamento de direitos autorais e busca atingir um mercado consumidor de massas segmentado. No segundo caso temos a produção da televisão e do rádio, cuja amplitude e continuidade de difusão são significativamente maiores que os do modelo anterior. É um mercado marcado pela obsolescência dos produtos e, por isso, necessita de um fluxo contínuo de novas atrações. Neste campo cultura e informação estão em intersecção e, o financiamento se dá principalmente através da publicidade e do Estado. Há uma grande concentração de empresas e o controle de oligopólios. O terceiro modelo que envolve *sites*, jornais e revistas impressos e digitais, mistura parte dos dois modelos anteriores.

A Questão da identidade do sujeito na modernidade tardia

Stuart Hall nos fala em cinco descentramentos que colocaram em cheque as concepções iluminista e sociológica de sujeito.

O primeiro surgiu no seio da crítica marxista e enfatiza a subordinação do sujeito as condições históricas que o engendram: "os homens fazem a história apenas sob as condições que lhe são dadas." O segundo descentramento acontece com o surgimento da teoria do inconsciente de Sigmund Freud. Na medida em que o sujeito pleno da Razão possui áreas obscuras em sua psiquê,

ao ponto de poder ser habitado por uma personalidade múltipla, coloca-se em cheque a unidade central do sujeito iluminista. O terceiro descentramento ocorreu como contribuição do campo lingüístico, em especial com as teorias de Ferdinand de Saussure, que subordinou a nossa produção de conhecimento e sentidos a um conjunto de regras da própria língua e ao repertório cultural em que esta se encontra inserida. O quarto descentramento ocorre, segundo Hall, no trabalho do filósofo Michel Foucault, que se vale do método genealógico adotado por Nietzsche para realizar uma espécie de genealogia do sujeito moderno, naquilo que Foucault denominou microespaços, dominado pelo poder disciplinar de novas ou renovadas instituições coletivas, como a escola, o presídio, a família o hospital. O quinto descentramento se dá com a emergência do movimento feminista, como parte dos novos movimentos sociais, como os movimentos ambientalistas, juvenis, gay, etc. Tais movimentos trouxeram para a ordem do dia questões de natureza pessoal, sob o slogan: O pessoal é político. O conjunto destes descentramentos rompeu com a pseudo unidade do sujeito moderno.

Outro teórico a abordar a questão da identidade descentrada é Laclau, para quem o antigo centro atribuído ao sujeito moderno é deslocado para uma pluralidade de centros fugazes, fluídos, de fronteiras obscuras, movediças ou mesmo inexistentes.⁹

Canclini tratará a questão do sujeito de outra forma, muito embora admita tais deslocamentos, a questão que abordará está ligada à vida prática dos agentes sociais. Ao invés de utilizar modelos conceituais de sujeito, o autor se debruça sobre pessoas de carne e osso, que no dia a dia vivem estas mudanças: "Vamos nos afastando da época em que as identidades se definiam por essências a-históricas: atualmente configuram-se no consumo, dependem daquilo que se possui, ou daquilo que se pode chegar a possuir." (CANCLINI, 1997: 15 p)

Ao remeter a constituição das identidades para a dimensão do consumo, Canclini realiza uma passagem daquilo que ele chama de a-histórico e, que arrisco denominar de esfera conceitual para a esfera da experiência social. Tal procedimento metodológico é explicitado da seguinte forma: "Nas novas gerações as identidades se organizam menos em torno dos símbolos histórico-territoriais, os da memória pátria, do que os em torno de Hollywood, Televisa ou Benetton." (CANCLINI, 1997: 37-38 p)

⁹ LACLAU apud HALL, 2002.

Para Laclau, Hall ou Canclini, a identidade do sujeito moderno encontra-se descentrada, ou rescentrada em outras bases, seu aspecto multifacetário e híbrido é admitido por todos os autores e, para nós interessa ressaltar esta fragmentação, este caráter múltiplo das identidades contemporâneas.

Consumo e definição de conhecimento

Ao abordarmos o tema conhecimento é importante que delimitemos este objeto. Trataremos neste trabalho apenas do conhecimento científico, estruturado e registrado na forma escrita, publicada no formato impresso ou digital. A escolha não é arbitrária e não ocorre para desqualificar outras formas de conhecimento.

O registro do conhecimento científico remonta às civilizações egípcia e suméria á cerca de cinco mil anos atrás. O conhecimento científico em seu registro material viveu algumas mudanças durante o desenvolvimento histórico. Em primeiro lugar, tivemos o desenvolvimento da escrita alfabética e a introdução do papiro e do pergaminho como suportes. Séculos mais tarde a introdução do formato *codex* (organização em cadernos) como alternativa ao formato *volumen* (organização em rolos) acarretou mudanças na forma de ler e de interagir com o conhecimento. Este processo se deu entre os séculos II e IV de nossa era, quando o *codex* obteve hegemonia. Mais conhecida, a introdução da prensa de tipos móveis por Gutenberg e a subsequente entrada em cena do papel, apresenta-se, não sem controvérsia,¹⁰ como a mais importante revolução relacionada ao registro e disseminação do conhecimento científico. Estava inserida geograficamente na Europa Ocidental e cronologicamente no ventre do capitalismo mercantil e do renascimento. Para se ter uma idéia do que representou a introdução da impressão gráfica para a disseminação do conhecimento, Peter Burke relata que já em 1550 os estudiosos se queixavam do enorme fluxo de livros publicados. Ele cita o escritor italiano Antonfrancesco Doni que dizia haver tantos livros, que nem se tinha tempo para ler seus títulos (BURKE, 2003). O Bibliófilo brasileiro José Midlin se refere a este período como sendo de intensa produção de livros:

"(...) pode-se pensar que o mundo ocidental, no século 15, falando da Europa, era composto de quarenta ou cinquenta milhões de pessoas, quase todas analfabetas. (...) E no entanto, apesar disso, naqueles quarenta e poucos anos que vão da bíblia de Gutenberg a 1500, foram impressos 35.000 títulos. Com uma média de trezentos exemplares por título, isso representa mais de dez milhões de exemplares, o que extrapolado para o mundo de hoje daria provavelmente uns bilhões de livros."
(MIDLIN: 2000)

¹⁰ Para o historiador francês Roger Chartier a passagem do formato volumen para o codex é tão ou mais significativo para a história do livro e da leitura que a introdução da impressão gráfica..

Devemos relativizar o consumo do conhecimento de livros nos pouco mais de três séculos que separam a invenção da imprensa da Revolução Francesa. Porém, as citações anteriores visam demonstrar que apesar de restrito, este consumo era intenso e corroborou para a formação de uma classe de profissionais do conhecimento que se dedicavam a produzir obras a fim de alimentar a crescente indústria editorial. Chamados de *poligraphi* na Veneza do século XVI e depois na Amsterdã do século XVII, trabalhavam para impressores e livreiros. No início corrigiam e preparavam textos antigos para impressão. Tempos depois produziam textos por encomenda sobre temas determinados por seus patrões. Sua liberdade de criação era restrita e a remuneração pequena.

O modelo editorial - direitos autorais

Um dos grandes riscos de abordar o processo histórico é o anacronismo, outro é a simplificação. Infelizmente em trabalho de fôlego curto como este, cujo foco central não é a historiografia, somos obrigados a citar acontecimentos que se desenvolveram por três séculos, de maneira breve.

O surgimento da idéia de autoria não se deu num estalo, não foi uma erupção, mas sim uma gestação longa e, por vezes interrompida. Quando do advento da prensa de tipos móveis de Gutenberg é possível afirmar que para os europeus era inconcebível tal idéia. Durante toda a idade média, as obras editadas pertenciam à humanidade, eram copiadas e seu valor estava intrínseco ao exemplar. Copistas muitas vezes não resistiam em imprimir ao texto seu toque pessoal, corrigindo o que consideravam um erro cometido por outros copistas e até mesmo mudando aspectos originais da obra. O historiadores Lucien Febvre e Henri-Jean Martin atestam esta situação:

"O autor que retira benefício da venda dos exemplares de uma obra composta por ele é um sistema que está hoje incorporado aos costumes, mas levou-se muito tempo para concebê-lo e admiti-lo; ele quase não podia ser imaginado antes do aparecimento da imprensa. É evidente que os manuscritos eram reproduzidos em série pelos copistas, mas como conceber, na Idade Média, que estes remunerassem o autor por um texto cujo monopólio não possuíam – e que finalmente todo mundo tinha o direito de copiar?" (FEBVRE, 1991: 241 p.)

O advento da imprensa é um dos fenômenos de gestação da emergente sociedade industrial. No plano político, entre os séculos XV e XVII, temos o nascimento das poderosas nações européias e de seu imenso apetite colonial. No plano científico ocorre uma mudança de paradigma que será essencial para a formação da identidade do homem moderno. Para alguns autores o aspecto mais importante é a secularização da consciência, para outros, a descoberta da consciência humana, de

sua subjetividade essencial. Alexandre Koyré define a importância de tais aspectos e as implicações sobre o homem da revolução científica do século XVII, da seguinte maneira:

"Em minha opinião, no entanto, esses aspectos são concomitantes e expressões de um processo mais profundo e mais fundamental, em resultado do qual o homem, como às vezes se diz, perdeu seu lugar no mundo, ou dito talvez mais corretamente, perdeu o próprio mundo em que vivia e sobre o qual pensava, e teve de transformar e substituir não só seus atributos fundamentais, mas até o quadro de referência de seu pensamento em que vivia ." (KOYRÉ, 1986: 7)

Esta mudança de paradigma de mundo e de referenciais, fez emergir aquilo que alguns teóricos chamam de homem moderno, ou homem do iluminismo. Sua principal característica é a individuação. No campo da difusão do conhecimento, por exemplo, com a rápida impressão dos textos clássicos e seu eventual esgotamento, surge a necessidade da produção de novos textos. As fontes principais serão de duas naturezas, por um lado os *poligraphi*, autores contratados para esse fim. Por outro a inteligência, formada por ex-alunos das universidades que rompem com aquilo que chamavam pejorativamente de escolástica, autodenominando-se humanistas, deixando de simplesmente reproduzir conhecimento e passando a produzir um conhecimento novo. Este movimento, que se iniciou fora da universidade, influenciou gradativamente suas cátedras, a ponto de no século XVII, muitas instituições manterem em seu interior grupos de humanistas.

Tais produtores do conhecimento, que vendiam seus originais aos livreiros impressores, desfrutavam de certa autonomia se comparados aos *poligraphi*. O sucesso de público obtido, no século XVII, por humanistas como Erasmo de Roterdã, John Bacon, John Webster, entre outros, inspira outros autores a negociarem contratos que remuneravam melhor os seus empreendimentos intelectuais.

Nos séculos XVI e XVII acusações de plágio eram comuns e muitos livreiros impressores passaram a defender a propriedade das obras que editavam. Na França e Inglaterra foram estabelecidos privilégios a estes impressores, sem que, tais direitos fossem extensivos aos autores. O poder de estado e as igrejas católica e protestante também reivindicam o controle sobre os textos editados, a confluência destes três interesses fortaleceu o conceito de autoria. Por um lado os livreiros impressores queriam evitar o plágio e a cópia pirata, por outro igrejas e estado queriam identificar os produtores de texto a fim de puni-los em caso de heresia e subversão.

Para entendermos melhor o que estava em jogo quanto do estabelecimento do conceito de autoria, faz-se útil o antagonismo de dois conceitos que estiveram presentes nos debates jurídicos da época. Trata-se da visão coletivista em oposição a individualista. No primeiro caso o texto é visto como originado por uma tradição comum, no segundo ele é obra de um cérebro individual. A visão

coletivista privilegiava a idéia de um bem comum, do qual fazia parte a tradição de um conhecimento público. No caso individualista, tratava-se de premiar o gênio pessoal, qualidade que estava mais de acordo com a ética protestante e o espírito capitalista que se forjava.

Interessante notar que a primeira lei de proteção ao autor surgiu na Inglaterra, em 1710, embora este país ainda não fosse um grande centro de produção editorial. O evento nos leva a especular que a avançada estrutura do estado moderno inglês, aliada ao fato de ser um país protestante, talvez tenham corroborado para este pioneirismo. Poderia se argumentar contra tal idéia que a Holanda também reunia as mesmas condições, o que em parte procede, porém, em Amsterdã os interesses dos livreiros-impressores, que eram bem organizados e influentes, pode ter retardado a concessão de direitos aos autores.

Especulações à parte, interessa-nos ressaltar que os autores, não sem muita luta, e muitas vezes imprimindo seus próprios livros, em outras travando batalhas judiciais encarniçadas, fizeram por valer seus direitos. Na França ao final do século XVIII a convenção fará valer uma lei de direitos autorais. Durante o século XIX, outros países do continente estabelecerão um corpus jurídico de proteção ao autor e a propriedade intelectual. No princípio estas leis protegiam apenas a propriedade durante a vida do autor, com o tempo passou a ser extensiva a seus herdeiros.

Recepção – leitores extensivos e intensivos

Na história do livro e da leitura estabeleceram-se categorias que considero úteis à nossa abordagem da identidade cultural e apreensão de conhecimento científico. Trata-se da distinção entre leitor intensivo e leitor extensivo:

"Essa nova abordagem também gerou muitos debates, em particular o surgimento do que é conhecido como leitura extensiva, em outras palavras, folhear, passar os olhos, consultar. Um historiador afirma que uma revolução da leitura teve lugar na Alemanha em fins do século XVIII, no sentido de que uma mudança da leitura intensiva para a leitura extensiva. Outro descreveu uma passagem mais gradativa e mais geral da leitura intensiva e reverente para um estilo de leitura mais extensivo e independente, resultado da proliferação, seguida da conseqüente desacralização do livro. Foi em meados do século XVIII que o dr Johnson perguntou a um interlocutor com a ênfase costumeira: Você lê os livros até o fim?"(BURKE, 2003: 161 p.)

A análise da bibliografia de qualquer curso universitário contemporâneo revelará que o leitor extensivo predomina sobre o leitor intensivo. Qualquer um de nós no fluxo diário da apreensão desconhecimento, se encontra subordinado à leitura extensiva. Como acompanhar as pesquisas na área de comunicação realizadas nos EUA, Europa e América Latina, sem aderir a extensividade da

leitura? Somos ao mesmo tempo demiurgos e vítimas desta fragmentação do conhecimento, apud, lemos muito, boa parte do que lemos, ouvimos falar.

Não deixa de ser intrigante o fato do consumo de conhecimento aproximar-se cada vez mais do modelo de consumo de outras mercadorias em nossa sociedade, Canclini apontou esta faceta do consumo cultural:

"Muito do que é feito atualmente nas artes é produzido e circula de acordo com as regras das inovações e da obsolescência periódica, não por causa do impulso experimentador, como no tempo das vanguardas, mas sim por que as manifestações culturais foram submetidas aos valores que dinamizam o mercado e a moda: consumo incessantemente renovado, surpresa e divertimento."
(CANCLINI, 1997:18)

Homens letrados e leitura popular

A modernidade instaurou um tipo especial de consumidor de conhecimento, muito embora o advento da imprensa tenha aumentado o número de leitores, estes se estratificaram. Ao menos duas classes de leitores é possível identificar, por um lado o leitor de entretenimento que consumia os folhetins e obras de auto-ajuda dos mais variados naipes. E de outro os letrados, leitores intensivos que faziam da alta cultura uma forma de distinção social. Grande parte dos intelectuais pertenciam a este grupo de leitores que, acabaram por disseminar uma visão de cultura fortemente elitizada, muitas vezes desqualificando a produção popular e outras formas que não a letrada na obtenção de conhecimento. O desenvolvimento de um mercado editorial de massas, em especial nos EUA e na Europa Ocidental apenas intensificou tal distinção. Os *bestsellers* sempre foram vistos com suspeitas por esta camada letrada. Embora a influência mercadológica deste grupo tenha sido sempre restrita, sua influência nos cadernos culturais dos periódicos e nos departamentos de educação, foi sempre grande o suficiente para reproduzir por gerações este modelo.

No Brasil existem muitos exemplos desta cultura letrada. Citarei apenas alguns mais agudos. Até bem pouco tempo o escritor bahiano Jorge Amado, era considerado pela república das letras apenas um alegórico contador de causos. Sua importância como escritor era profundamente relativizada, quando não intencionalmente esquecida. Vivicius de Moraes e Augusto dos Anjos sofreram, por serem poetas populares, o mesmo tipo de preconceito. O primeiro vem sendo recuperado ultimamente, o segundo continua sepultado. É possível que um popular escritor do gênero fantástico esteja sendo vítima deste mesmo veneno. Refiro-me a Paulo Coelho, sempre convidado a eventos internacionais de literatura e em geral esquecido nos certames brasileiros.

Do livro impresso ao livro eletrônico

Como vimos, os teóricos da sociedade da informação consideram a convergência da base tecnológica para o formato digital como uma das forças originadoras desta sociedade, sendo a Internet o segundo fator, conforme o Livro Verde. Quando olhamos o livro sob a luz destes dois fenômenos passamos a vislumbrar as transformações que poderão ocorrer neste formato.

O livro impresso alcançou seu apogeu como receptáculo privilegiado do conhecimento humano por apresentar as seguintes características: portabilidade, indexabilidade, baixo custo de produção e durabilidade. Estas quatro características não foram adquiridas pelo objeto livro de uma só vez. A primeira delas, a Indexabilidade, foi possível com a mudança de formatos, do *volumen*, forma de organizar em rolos para o *codex*, forma de organizar em cadernos, que prevalece até hoje. Esta mudança se iniciou no século II de nossa era, mas só por volta do século V o *codex* tornou-se hegemônico. As vantagens do *codex* sobre o *volumen* são várias: passou-se a utilizar-se os dois lados do suporte, pôde-se reunir um número maior de textos dentro de um único volume, criaram-se condições para a indexação na forma de páginas. Com o *codex* criou-se a tipologia formal, abriu-se assim caminho para toda a padronização de formatos associados aos gêneros e tipos de livros, normatização da qual são herdeiras as formas atuais de editoração. A indexação também permitiu o surgimento, séculos depois, da cultura de citações, importantíssima para o desenvolvimento do conhecimento científico.

A portabilidade é resultado da revolução gutenberguiana da impressão com tipos móveis, pois quando o papel se transforma na principal matéria prima do livro, este diminui de peso e passa a ser transportado para toda parte.

O baixo custo de produção também é resultado da disseminação da impressão, os antigos manuscritos eram de produção artesanal, contra os livros impressos produzidos em escala industrial. A questão da durabilidade é um tanto controversa, há aqueles que afirmam serem os manuscritos em couro mais duráveis que os em papel. Esta vantagem física, entretanto, perde completamente a importância quando lembramos que o número de exemplares manuscritos era muito menor, de forma que a pseudofragilidade do livro impresso era anulada pelo grande número de exemplares que circulavam, aumentando as chances de preservação.

No cenário da convergência digital, essas quatro características ganham novas proporções, vejamos: o conteúdo de um livro digitalizado pode ser indexado das mais variadas maneiras. Do ponto de vista dos metadados, pode-se buscar através de mineradores de dados qualquer palavra ou frase presente no texto, aumentando imensamente as possibilidades de utilização tecnocientífica do conteúdo. A portabilidade é aprimorada, já que o conteúdo pode estar armazenado em qualquer

parte, estando acessível de qualquer terminal ligado a Internet. Outra variante deste processo está na utilização de mecanismos dedicados à leitura, erroneamente chamados de *e-books*.¹¹ Estes mecanismos podem armazenar milhares de páginas, diminuindo para gramas aquilo que seriam dezenas de quilos. O exemplo mais conhecido destes mecanismos são os computadores de mão (*palmtops*) que, porém, tem dimensões de tela e resolução de leitura muito aquém das apresentadas pelos mecanismos exclusivamente desenvolvidos para este fim. Os custos também podem ser reduzidos em relação aos livros impressos, essa redução não deve ser extraordinária. Estimamos que os livros digitais poderão ser vendidos por cerca 50% do preço de capa dos livros impressos, pois se eliminam os custos de impressão e distribuição física, preservando-se, no entanto, os custos de preparação (tradução, revisão, editoração) e os custos de divulgação, além é claro, dos direitos autorais. Pode haver um distribuidor eletrônico acarretando custos adicionais.

Panorama do mercado editorial brasileiro

A seguir apresentamos um panorama da produção editorial brasileira. A análise das tendências atuais do mercado local serão em seguida confrontadas com o quadro teórico esboçado nos itens anteriores. Números da produção mundial de livros apontam para a estagnação dos mercados europeu e americano. O mesmo ocorre na América Latina, onde o Brasil que ocupa a liderança vê sua produção marcar passo nos últimos 14 anos.

Ano	Exemplares Vendidos	Faturamento (US\$)	Valor dólar	Preço médio
1990	212.206.449	901.503.687		4,25
1991	289.957.634	871.640.216		3,01
1992	159.678.277	803.271.281		5,03
1993	277.619.986	930.959.670		3,35
1994	267.004.691	1.261.373.858		4,72
1995	374.626.262	1.857.377.029		4,96
1996	389.151.085	1.896.211.487		4,87
1997	348.152.034	1.845.467.967		5,30
1998	410.334.641	2.083.318.907	R\$ 1,10	5,08
1999	289.679.546	908.913.170	R\$ 2,00	3,14
2000	334.235.160	1.118.052.447	R\$ 2,00	3,35
2001	299.400.000	1.058.660.000	R\$ 2,40	3,03
2002	320.600.000	899.838.460	R\$ 2,60	2,61
2003	255.830.000	738.618.750	R\$ 3,20	2,89

¹¹ Consideramos como livro eletrônicos todo o livro produzido em suporte digital, e não apenas os utilizados nos mecanismos dedicados à leitura.

¹² Dados tabulados da pesquisa anual patrocinada pela Câmara Brasileira do Livro e Sindicato Nacional de Editores e realizada pela Fundação João Pinheiro de Minas Gerais.

Média	3,97
--------------	------

A Tabela um mostra que o número de exemplares vendidos e o faturamento do mercado editorial brasileiro entre os anos de 1990 e 2003 viveu uma considerável elevação durante os anos do plano real, retornando aos patamares anteriores quando do retorno ao câmbio flutuante. É significativo olharmos para o preço médio em dólares dos livros vendidos. Nos últimos anos ele tem estado significativamente abaixo da média histórica, sem que isso represente aumento no consumo.

Exemplares vendidos em livrarias e governo – Tabela 02				
Ano	Livrarias	%	Governo	%
1992	97.237.601	61	19.909.264	13
1993	188.781.590	68	55.523.997	20
1994	156.273.286	64	44376310	19
1995	124.908.120	42	156.568.451	50
1996	156.129.689	48	120.150.986	37
1998	148.962.941	42	150.373.527	43
1999	112.615.308	39	75.585.540	26
2000	101.766.332	30	134.259.315	40
2001	75.130.000	24	121.460.000	40
2002	74.680.000	23	162.200.000	51
2003	74.690.000	22	110.960.000	51

A tabela 02 mostra o desempenho nestes 14 anos dos canais de vendas livrarias e governo, que são historicamente os mais importantes para a distribuição do livro no Brasil. Enquanto o canal de vendas livraria vive um declínio sucessivo em sua participação nas vendas gerais e relativas, as vendas para o governo se ampliaram relativa e absolutamente.

Consumo per capita de livros no Brasil – Tabela 03			
Ano	Exemplares Vendidos	Habitantes	Livros per capita
1990	212.206.449	147.053.940	1,44
1995	374.626.262	161.400.000	2,32
2003	255.830.000	178.939.611	1,43

A tabela 03 mostra o número de exemplares per capita que foi obtido dividindo-se o número da população medido pelo IBGE, pelo número de livros produzidos. Optamos por apresentar três momentos, a tabela 4 mostra este número em 1990, 1995 e 2003. Notamos um significativo aumento em 1995, seguido de um declínio que apresenta os números de 2003 abaixo de 1990.

Consumo per capita de livros no Brasil sem compras Governo			
Tabela – 04			
Ano	Exemplares Vendidos	Habitantes	Livros per capita
1990	192.297.185	147.053.940	1,3
1995	218.057.811	161.400.000	1,35
2003	144.870.000	178.939.611	0,8

Na tabela 04, são apresentados os números de exemplares per capita comprados no comércio: obedecendo-se aos mesmos intervalos do item anterior, encontramos a confirmação da diminuição do peso dos canais comerciais na venda de livros. O número per capita de 2003 é 40% inferior ao de 1990. O percentual de exemplares comprados diretamente pelo público consumidor diminuiu significativamente. Em contrapartida, aumentou o de exemplares adquiridos pelo governo.

Agentes do mercado editorial, consumo e questão identitária

Os números apresentados no item anterior indicam que o mercado editorial brasileiro vive um forte processo de estagnação. Após uma reação significativa durante a década de 90, retomou-se uma dinâmica de estagnação que pode ser definida pelas seguintes características:

- ?? Estagnação na produção de exemplares;
- ?? Diminuição da margem de lucro sobre exemplares vendidos;
- ?? Queda do faturamento em dólares;
- ?? Diminuição do mercado varejista de livros, com enfraquecimento do canal livrarias;
- ?? Forte dependência das compras governamentais;
- ?? Queda nas tiragens médias;
- ?? Queda do preço dos exemplares vendidos.

Quando avaliamos esta conjuntura à luz da emergência da sociedade da informação verificamos que o mercado editorial brasileiro tem se beneficiado apenas parcialmente de seus aspectos mais positivos e, por outro lado, tem sofrido negativamente alguns de seus efeitos. É certo que a tecnologia do *desktop publishing* serviu para que as editoras baixassem o custo dos processos de editoração e revisão. Também as novas tecnologias de comunicação facilitaram os processos de terceirização de mão-de-obra na forma de *work house*. Nos processos de pré-impressão e impressão, novos equipamentos digitais possibilitaram que a diminuição das tiragens não sofressem um aumento considerável no preço. Mas foi só.

Valendo-nos dos três modelos de Bernad Miège para avaliar a indústria das mídias, a saber: modelo de mercadorias culturais, modelo da cultura de fluxo e modelo de produção de informação,

acreditamos ter encontrado, na sociedade de informação, uma tendência à hegemonia do modelo de fluxo que penetra as outras esferas, impondo sua dinâmica. O aumento significativo dos títulos editados é um exemplo deste processo, influenciando o mercado editorial. Por si só, a edição de um número maior de títulos não é prejudicial ao mercado, porém, quando vemos que os canais de comercialização se encontram estagnados, que o espaço reservado ao livro nos canais tradicionais é escasso, entendemos parte das complicações. Mais títulos em tiragens menores, somados a um mercado consumidor que não se renova e cuja capacidade de aquisição e de leitura parece ter atingido seu limite, podem explicar em parte a estagnação do mercado brasileiro.

A isso devemos acrescentar que a Internet como fonte de informação está hegemonizada pelo modelo de fluxo. Em nosso país a imensa maioria dos internautas pertence às camadas mais abastadas da população, que não por acaso são também os consumidores tradicionais do livro de varejo. A tabela abaixo apresenta a situação do segmento do mercado brasileiro de livros científicos, técnicos e universitários, que nos parece ser o mais afetado pela dinâmica descrita acima.

Científico Técnico Universitário – Tabela 05						
Ano	Exemplares	Faturamento	Títulos	Valor dólar	Tiragens	Preço médio ex.
1990	37.846.825	185.305.579				4,90
1991	77.982.682	227.046.376				2,91
1992	15.132.886	133.540.558	7.216		2.097	8,82
1993	19.741.991	152.284.571	7.777		2.539	7,71
1994	27.466.492	301.252.282	10.359		2.651	10,97
1995	25.033.047	356.337.690	11.542		2.169	14,23
1996	23.265.749	347.916.779	9.337		2.492	14,95
1997	19.909.956	351.561.805	10.442		1.907	17,66
1998	21.403.866	396.774.719	10.590	R\$ 1,10	2.021	18,54
1999	19.403.417	183.911.980	11.654	R\$ 2,00	1.665	9,48
2000	21.566.480	201.052.450	13.130	R\$ 2,00	1.643	9,32
2001	22.500.000	180.416.670	12.250	R\$ 2,40	1.837	8,02
2002	21.200.000	145.384.620	11.830	R\$ 2,60	1.792	6,86
2003	20.000.000	122.812.500	9.560	R\$ 3,20	2.092	6,14

Entre o início da década passada e o ano de 2003 a produção de exemplares recuou em mais de 45%. O faturamento caiu de US\$ 185 milhões para US\$ 133 milhões aproximadamente. O preço unitário em dólares subiu cerca de 25%. Mas o mais importante é que neste período o número de estudantes universitários e de pessoas com formação superior no Brasil cresceu significativamente.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), o número de matrículas no ensino superior cresceu 87% entre 1990 e 1999. Com quase o dobro de estudantes universitários consome-se a metade de livros.

A preponderância da leitura extensiva na apreensão do conhecimento favorece o consumo a partir de cópias piratas. Segundo Ana Claudia Ribeiro, em estudo realizado em sua tese de mestrado, afirma que de cada cinco livros técnico-científicos vendidos no Brasil, quatro são xerocados.(RIBEIRO, 2002). Os descentramentos ocorridos na identidade do sujeito que nos levam a acreditar na passagem de um modelo mais unitário para um modelo de identidade mais multifacetada também pode ter influência sobre a maneira fragmentária de se obter conhecimento. O próprio desrespeito aos direitos de autor pode estar ancorado em uma desmistificação do status do autor como indivíduo privilegiado, dotado de uma inteligência singular que deve ser ao mesmo tempo reverenciada e remunerada. Sucessivas consultas realizadas na Internet e as recentes pendências relacionadas a pirataria na rede e o consumo de músicas no formato MP3 indicam que bo parte dos usuários deste meio não estão dispostos a pagar pelo conteúdo consumido.

Outro aspecto identitário relaciona-se a questões de cidadania e inclusão social.Se como nos apontou Canclini, as identidades da modernidade tardia estão diretamente relacionados ao consumo, e em particular ao consumo cultural, a pirataria de bens culturais pode increver-se no rol de estratégias identitárias adotadas por setores emergentes da população que, em sua busca por cidadania e ascensão social, valem-se de dispositivos ilegais para suprir defasagens culturais.

O modelo de fluxo e as novas formas de se obter conhecimentos, também contribuem com este quadro. Cabe ressaltar que os editores brasileiros têm usado mal a Internet e as novas tecnologias da informação a fim de minimizarem e até mesmo inverterem a atual tendência de consumo de livros. O Diagnóstico do Setor Editorial Brasileiro, revela que a venda de livros na Internet representa menos de 0,5% no total de vendas de varejo do mercado brasileiro. Pesquisa¹³ realizada durante a Bienal Internacional do Livro de São Paulo revelou que 98% das empresas entrevistadas possuíam sites na Internet, mas deste universo 36% não vendiam livros pelo site, 42% faturavam cerca de 2% de seu faturamento total pela Internet e 28% faturavam cerca de 3% e apenas 5% faturavam mais de 10% de seu faturamento total pela rede.

A inserção do livro eletrônico também é insignificante. Apenas três editoras operam comercialmente este formato, a esmagadora maioria das editoras não oferece edições eletrônicas de

¹³ Pesquisa realizada com 103 editores durante a Bienal Internacional do livro de São Paulo no mês de abril 2004 sob minha direção. Tais editoras correspondem a 15% do total de empresas editorias existentes no país. E foram selecionadas aleatoriamente.

seus livros. Grande parte dos contratos de direitos autorais ainda não se encontram adaptados às possibilidades das novas tecnologias. Existe uma forte resistência dos editores a estas mudanças. Podemos atribuir tal resistência, em parte, às incertezas que a venda de conteúdos pela Internet representa. Embora existam poderosos softwares que realizam a criptografia e proteção dos conteúdos, permitindo o controle dos direitos autorais, a tecnologia é vista como uma caixa preta.

Todos sabem, inclusive os fabricantes dos softwares, que os mesmos podem ter sua segurança violada, o que no caso poderia representar um imenso estrago. Mas esta é apenas uma forma de ver as coisas. Qualquer internauta neófito, pode escanear um livro e disponibilizá-lo na Internet, o que representa ameaça similar. Logo, os riscos são grandes também quando os editores se furtam de disponibilizar conteúdos digitais, pois acaba por submeter-se apenas ao lado perverso da tecnologia, sem colher os benefícios que a venda de conteúdos pela web poderia representar.

Bernard Miège nos fala de uma tendência à desmaterialização dos suportes, que afetam as indústrias do conteúdo nesta era da informação. Entender os livros como um suporte histórico e, portanto transitório, talvez seja o primeiro passo para que os editores aceitem travar um diálogo com os novos suportes. Um conceito dos estudos culturais pode ser utilizado para entendermos melhor a resistência dos editores aos novos formatos. Refiro-me ao materialismo cultural, corrente surgida na Grã-Bretanha, do seio da *New Left*:

"Para o materialismo cultural, em todas as sociedades, em um determinado momento histórico, convivem três formas de estruturação de significados e valores: a dominante, a emergente e a residual. A forma dominante nunca é estática: prevê mecanismos constantes de incorporação e reprodução de formas. Os mecanismos de incorporação são fundamentais para a manutenção do sistema dominante: cada vez que surge algo que possa desestabilizar essa ordem, isso é combatido, e muitas vezes adaptado ao sistema vigente." (CEVASCO: 2003, 126)

Os editores que hoje atuam com o livro eletrônico são oriundos de outros mercados e estrearam no mercado editorial já com a proposta de atuarem no novo formato. Poderiam, por isso, ser considerados emergentes. Em duas destas empresas parte do capital vem de editoras tradicionais, o que aponta para uma tentativa de incorporação dos emergentes por parte daqueles que, no momento, são dominantes. Entretanto, a imensa maioria do mercado tem tratado com ceticismo tais iniciativas, muitas vezes rechaçando-as como ineficazes ou como meros modismos. Estamos no momento diante de um conflito velado entre a indústria consolidada e os setores emergentes.

Apostamos na hipótese de que o livro eletrônico, em seus diversos formatos, possa conviver por muito tempo com os formatos impressos. Para a totalidade dos livros textos, já é possível oferecer uma versão digital com inúmeras vantagens: possibilidade de vender capítulos ao invés do

livro inteiro; possibilidade de acesso ao conteúdo à qualquer hora e de qualquer lugar; portabilidade através de mecanismos dedicados à leitura (*e-books, palms, etc*); menores custos de distribuição e armazenamento; possibilidade de atualização; menores preços de venda e inesgotabilidade dos títulos. Para a categoria de livros científicos, técnicos e universitários, esta seria uma alternativa para combater as cópias piratas, pois livros que estavam esgotados poderiam ser novamente vendidos e juntamente com todos os outros títulos dos catálogos, a oferta poderia ser feita em capítulos ou páginas. O que talvez seja mais adequado para as novas modalidades de consumo do conhecimento.

Estas vantagens, só se tornarão evidentes quando, de forma maciça, os editores aderirem ao novo formato. Para isso a pressão de leitores é fundamental. No mercado brasileiro, fortemente dependente do setor estatal, a posição do governo terá peso ainda maior. O governo optar por introduzir formatos digitais depende do ritmo da inclusão digital das escolas, processo que no Brasil apenas engatinha. É também uma grande oportunidade de aliar o processo de inclusão digital a um processo de inclusão cultural, que dependerá em grande parte dos conteúdos a serem ofertados. Caso prevaleçam os conteúdos hegemônicos na civilização gutemberguiana, em detrimento de conteúdos da cultura popular, pode-se excluir ao invés de incluir. Modelagens híbridas de conteúdos, unindo o erudito e o popular, talvez indiquem um melhor caminho para as novas prateleiras virtuais.

Falta ainda nos referirmos aos autores que, como agentes do mercado editorial, também são influenciados pelas questões identitárias e pela emergência da sociedade de informação. A pergunta, muitas vezes feita nos séculos XVII e XVIII: Para que preciso de um editor? Ou: Por que não contratar diretamente um impressor? Retorna à ordem do dia, pois os custos de publicação e distribuição na web são atrativos. Especialmente para escritores consagrados, cujas grifes pessoais podem ser facilmente associadas aos principais provedores de conteúdos. O escritor americano Stephen King publicou uma novela na Internet com imenso sucesso de vendas. Sabe-se que em poucas horas arrecadou cerca de US\$ 200 mil. Também para jovens autores este canal pode ser uma alternativa à disputada e, muitas vezes injusta, seleção de originais realizada pelas casas editoriais. Os blogs¹⁴ de escritores já são um fenômeno da web brasileira. De 50 jovens escritores presentes na Feira Internacional de Literatura de Parati (FLIP) neste ano (2004), apenas uma outra não possuía seu blog.¹⁵

Fenômenos desta natureza podem desestruturar o atual modelo relacional estabelecido entre autores e editores. Por exemplo, todas as obras já publicadas de um determinado autor, por uma

¹⁴ Sites pessoais, muitas vezes diários, como os antigos diários de adolescentes.

¹⁵ O BRASIL no picadeiro. Folha de São Paulo, 10.07. 2004, caderno ilustrada, p. 1.

determinada casa editorial, tem seus direitos autorais negociados apenas para o meio impresso. Caso o autor resolva lançá-las em seu site pessoal ele poderá fazê-lo, concorrendo diretamente com o editor. Muitos editores que investiram anos em jovens e promissores autores, podem ver seu investimento escoar pelos oceanos da web. Por outro lado o fato da maioria dos internautas não se disporem a pagar por conteúdos eletrônicos é uma ameaça extensiva aos autores, e que pode permitir vida mais longa ao atual modelo editorial.

Hipóteses provisórias

É provável que o consumo do conhecimento técnico e científico esteja vivendo seu apogeu, porém, as maneiras de se chegar a ele vem sofrendo mudanças. A quantidade de conhecimento produzido é cada vez maior, entretanto, sua recepção é fragmentária e segmentada. Durante cinco séculos o livro impresso e os editores funcionaram como selecionadores de qualidade, como legitimadores do conhecimento que merecia ser registrado, ordenado, absorvido e preservado. Com o surgimento da sociedade da informação por um lado, e com a colonização do modelo comunicacional de fluxo sobre o modelo editorial por outro, criaram-se às condições para o surgimento de um novo padrão de consumo de conhecimento.

Quem tornará legítimo o conhecimento oferecido? Com o tempo livre cada vez mais escasso, leremos um clássico ou um dos milhares de novos autores que invadem as prateleiras reais e virtuais? Até que ponto as novas identidades afetam a forma como o conhecimento é atualmente produzido, distribuído e consumido? Que estratégias podem ser adotadas para que se eleve o consumo per capita de livros no Brasil? Que tipos de obras o governo vem comprando para montar as bibliotecas públicas? Elas contemplam apenas os "homens letrados", ou atendem também a um consumo popular? Uma política de absorção de conhecimento gutenberguiana pode conviver com novas formas de obtenção de conhecimento? Ou posto de outra forma: Como estas novas formas eletrônicas de conhecer podem ser aliadas do modo gutenberguiano?

Como pesquisador neófito não possuo a esperança de obter respostas definitivas para tais perguntas nem creio que todas serão respondidas nesta curta jornada que é o mestrado. Porém, acredito poder obter um inventário, mesmo que provisório, da atual situação dos agentes do mercado editorial brasileiro diante dos fatores emergentes aqui apresentados. E caso logre sucesso nesta empreitada, talvez vislumbre novos caminhos a percorrer.

Bibliografia

- AYMARD, Maurice. As metamorfoses do livro e da leitura. *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, 142: 51-65, jul.-set., 2000.
- BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 2003. 241 p.
- CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO & SINDICATO NACIONAL DE EDITORES. *Diagnóstico do Setor Editorial Brasileiro 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003*
- CASTELLS, Manuel. *A Galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 2003. 243 p.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997.
- CEVASCO, Maria Elisa. Dez Lições sobre estudos culturais. São Paulo, Boitempo editorial, 2003. 188 p.
- CHARTIER, Roger. A morte do leitor? . *Nexos*. São Paulo, 4 (6): 15-23, set. 2000.
- EPSTEIN, Janson. O negócio do livro: passado, presente e futuro do mercado editorial. Rio de Janeiro, editora Record, 2002. 170 p.
- FEBVRE, Lucien, MARTIN, Henry-Jean. O aparecimento do livro. São Paulo, editora Unesp e editora HUCITEC, 1991. 572.p
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7. ed. Rio de Janeiro, DP&A editora, 2002. 102 p.
- _____. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte, editora UFMG e UNESCO, 2003. 436 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Evolução da população brasileira*
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. *Sinopse Estatística do Ensino de Graduação – 2000*.
- JOHNSON, Steven. *Cultura da interface: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 2001. 189 p.
- KOYRÉ, Alexandre. *Do Mundo Fechado ao Universo Infinito*. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 1986. 290 p
- LÉVY, Pierre. *O que é o virtual?* São Paulo, editora 34, 1998. 157 p.
- MIÉGE, Bernard. *Les industries du contenu face à l'ordre informationnel*. Grenoble, Press Universitaires, 2000.
- _____. Las Industrias de la cultura y de la información. Conflicto con los nuevos medios de comunicación. *Telos*. Barcelona, 29. 1990. Disponível no endereço eletrônico:
http://www.campusred.net/telos/anteriores/num_029/opi_perspectivas0.html
- MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. *Sociedade da Informação no Brasil: o livro verde*. Brasília, 2000.
- NOVAES, Adauto (org). *O Avesso da Liberdade. Democracia Mundial*. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo, Cia das Letras, 2002. 237-248 p
- RIBEIRO, Ana Claudia, *Academia e Pirataria: o livro na universidade*, 2002. (Tese de mestrado . COPPE – Universidade Federal do Rio de Janeiro)
- SEVERINO, Antônio Joaquim, *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo, 21 ed., Cortez editora, 2000. 279 p.
- SILVA, Ezequiel Theodoro da (org.). *A leitura nos oceanos da Internet*. São Paulo, Cortez editora, 2003. 128 p.